



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150788 - DF (2021/0232182-5)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : CARLOS HENRIQUE PEREIRA LEMES (PRESO)
ADVOGADO : MATHEUS BEZERRA DE OLIVEIRA - DF060046
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS HENRIQUE PEREIRA LEMES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (HC n. 0720525-58.2021.8.07.0000).

O recorrente foi preso em flagrante em 02.05.2021, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal. A custódia foi convertida em preventiva.

Sustenta o insurgente a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não foram atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que é primário, com bons antecedentes e que a motivação foi com base na gravidade abstrata do delito.

Assevera a possibilidade de substituição da custódia antecipada por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a sua imediata soltura. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar ou aplicadas as medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 114/118):

Prosseguindo, encontram-se presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, que configuram os pressupostos do “fumus commissi delicti”, conforme artigo 312, última parte, do Código de Processo Penal.

Sem adentrar ao mérito, mas a fim de se elucidar a real necessidade de manutenção da prisão cautelar, extrai-se das informações registradas no auto de prisão em flagrante (ID 26776128) que a vítima, o senhor João Gonzaga Moura, de 75 (setenta e cinco) anos, estava em uma parada de ônibus, por volta das 7 h da manhã, quando foi abordado por dois indivíduos, os quais, mediante violência física (socos na cabeça), subtraíram seu telefone celular, sua carteira, seu relógio e R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) em espécie. Alguns ciclistas que viram a situação renderam o paciente, mas o outro autor conseguiu fugir. Em seguida, os policiais militares acionados

para atenderem a ocorrência chegaram e conduziram o paciente à Delegacia.

Diante desse contexto, constata-se que foi preenchido o “*fumus commissi delicti*”, pois há prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria em desfavor do paciente, o que basta para a decretação da segregação cautelar, que não exige a mesma certeza demandada para uma condenação.

Verificado o preenchimento das condições de admissibilidade e dos pressupostos do “*fumus commissi delicti*”, passa-se à análise do “*periculum libertatis*” (artigo 312, primeira parte, do Código de Processo Penal), que também está evidenciado nos autos.

Quanto a esse aspecto, observa-se que a autoridade judiciária do Núcleo de Audiências de Custódia entendeu que estavam presentes os pressupostos, requisitos e fundamentos exigidos para a decretação da prisão preventiva. Nesse sentido, destacou que, consoante os elementos de informação reunidos no auto de prisão em flagrante, foi evidenciada a materialidade do fato e existem indícios suficientes de autoria em desfavor do paciente. Ademais, salientou que, diante da quantidade de pena cominada ao delito a ele imputado, foi preenchida a condição de admissibilidade da prisão preventiva, prevista no art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal. Acrescentou que, não obstante a primariedade do paciente, a medida seria necessária para a garantia da ordem pública, em razão do “*modus operandi*” do crime, que envolveu, em tese, emprego de violência real e grave ameaça, destacando, ainda, que se tratava de vítima idosa. Confirma-se:

[...]

Como bem destacou o douto Juízo na decisão acima reproduzida, o emprego de violência física real na prática do roubo e o fato de a vítima ser idosa são circunstâncias que extrapolam o normal para o tipo e, portanto, revelam maior gravidade do delito e periculosidade do agente, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Portanto, não há falar em ausência de indícios de que o paciente possa oferecer algum risco à ordem pública.

Ademais, os fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal não são cumulativos, de maneira que não importa que não haja nada que indique que o paciente pretenda interferir na instrução processual ou evitar a aplicação da lei penal, até mesmo porque a medida não foi decretada sob tais fundamentos.

Assim, devidamente fundamentada a segregação cautelar, com base em elementos concretos que evidenciam a sua efetiva necessidade para a garantia da ordem pública e que justificam a excepcionalidade da medida, não há falar em ofensa ao dever de

motivação das decisões judiciais.

Saliente-se, por oportuno, que a prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública (“periculum in libertatis”) não se destina à proteção do processo penal, mas, ao revés, ao resguardo da própria sociedade.

[...]

Por fim, registre-se que não é o caso de aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, pois, diante da necessidade da manutenção da prisão para a garantia da ordem pública exclui-se a possibilidade de substituição pelas referidas medidas, ante a evidente incompatibilidade, no caso em apreciação, entre os institutos.

Assim, não se verifica coação ilegal a ser sanada pela via do “habeas corpus”.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência